
ABU DHABI – Reunião do GAC sobre a comunidade empoderada e o Estatuto da ICANN (1)

Sábado, 28 de outubro de 2017 – 16h15 a 16h45 GST

ICANN60 | Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos

GHISLAIN DE SALINS: O documento está aqui na tela. Obviamente podem existir algumas mudanças menores, mas nós pensamos que é um bom consenso. Estamos abertos para receber qualquer comentário agora ou depois e de maneira informal. É possível e provável que o GAC adote esse documento durante a reunião de Abu Dhabi para poder então avançar. Isso obviamente vai dar aos membros do GAC alguns dias para apresentar alguns detalhes. Esse documento reflete as soluções às quais chegamos depois de trabalharmos muito durante todas as partes. Podemos fazer alguns ajustes, mas é uma boa base para poder avançar.

Gostaria de escutar os comentários que podem ter agora os senhores e analisar cada uma das sessões para ouvir os comentários específicos. Como eu sei que há muitos que estão aqui pela primeira vez eu vou pedir a Tom que dê a informação sobre o que é a comunidade empoderada, porque talvez nem todos conhecem o que significa, inclusive esses 50 membros novos.

Observação: *O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.*

TOM DALE:

Sim. Para aqueles que vem pela primeira vez eu sinto pena, porque não só é um problema em tratar de manter um secretariado independente, mas ao mesmo tempo temos o domínio de segundo nível e também essa estrutura específica, feita pelos membros do GAC, que deve ser compreendida. Temos que tentar participar dessa comunidade empoderada. Esse debate começou com a transição das funções da IANA onde uma das funções principais da ICANN que tinham a ver com a IANA, porque a IANA foi transferida do governo dos Estados Unidos para o ICANN, para a comunidade. A realidade como parte dessas lembranças, desses acordos novos. A ICANN tem que prestar contas e incluir o GAC e se gerou o mecanismo chamado comunidade empoderada.

Consiste nessas organizações baseadas na comunidade que decidem fazer parte dessa comunidade para exercer as faculdades que lhes outorgam, os estatutos, esses membros que fazem parte da comunidade empoderada. O GAC decidiu ser um dos participantes com decisão nessa comunidade empoderada junto com os outros organismos mais importantes que formam a comunidade da ICANN que é a organização de apoio de direções que também tem a ver com os números dentro do nome da ICANN.

Também o que é a organização de apoio de códigos de país, a organização de apoio de nomes genéricos e a comunidade At-

Larger e o GAC, que são os decisores. Esses são os participantes que decidem. Essa foi a estrutura dentro da comunidade empoderada gerada pelos estatutos da ICANN. Ela é um mecanismo que permite que certas faculdades sejam exercidas. Essas faculdades estão resumidas em um documento, vão descrever diferentes formas periodicamente, inclusive estão no famoso website da ICANN e estão as faculdades dos estatutos da comunidade que tem a ver com rejeitar os orçamentos. Particularmente, o que tem a ver com a função da IANA dentro da ICANN, o que são os planos estratégicos e operacionais da ICANN, as emendas que possam querer introduzir o board, também o que é chamado de PTI, Identificadores Técnicos Públicos, na realidade é a lana que tem essas operações.

Aprovar mudanças aos estatutos fundamentais que tem a ver com os artigos dentro da ICANN. Também deslocar todo o board e indicar membros do board e exigir que o board realize certas ações de rejeição que têm a ver com a função da IANA. As solicitações que realiza a comunidade a respeito de determinados temas e se gera uma investigação dentro do ICANN. Todas essas faculdades têm um marco de escalonamento para colocar uma preocupação e então passar pela consulta, depois existe um debate. É necessário resolver o problema no fórum da comunidade e se isso não funcionar são exercidas certas faculdades que possam incluir algumas das que

eu mencionei antes. A administração dessa comunidade empoderada é o organismo que inclui os participantes decisores e que a presidência do GAC parte desse organismo e estabelece um mecanismo para que as coisas sejam realizadas. Não houve muita mudança nos estatutos e se aprovaram algumas modificações junto com algumas indicações do GAC. Cada participante decisório tem que ter seus próprios procedimentos para participar dessa comunidade, então o que vem é o resultado de um longo processo que chegou a ter um acordo que ficou concretizado nesse documento. Muito obrigado.

GHISLAIN DE SALINS: Antes de continuar com os documentos, queria ver se algum comentário a partir daqueles documentos que puderam analisar, ver. Vejo que o presidente Thomas quer ter a palavra.

THOMAS SCHNEIDER: Dos comentários, algo que talvez possa ser mal interpretado tem a ver com as indicações para os membros do board. Não é que a administração da comunidade empoderada tenha uma função na eleição dos membros do board. Somente pode transferir as eleições da GNSO, da ccNSO, do NomCom ao board. Não é que o GAC através da sua participação na comunidade empoderada possa expressar a sua opinião a respeito de quem passa a ser diretor dentro do board ou não. Eu queria que isso ficasse bem

claro. O segundo tem que quero indicar é que essa comunidade empoderada como mecanismo faz com que as faculdades não se confundam. Pode se passar o GAC nessa comunidade, não tem que se confundir com a participação do GAC em sua função de assessoramento dentro da ICANN ou sobre questões de política pública e direto nacional ou internacional diante do board.

Quer dizer que falamos de uma comunidade empoderada como mecanismo de prestação de contas que se desenvolveu dentro das funções da IANA. E qual a ideia de ter uma comunidade com maiores faculdades? Quer dizer que a participação se dá dentro do mecanismo de responsabilidade, mas de jeito nenhum, de maneira alguma modifica o papel. Quero que isso fique bem claro, principalmente para aqueles que não participaram desse processo tão intenso que se estendeu desde 2014 até 2016. Obrigado.

GHISLAIN DE SALINS:

Obrigado, Thomas. É realmente algo novo. Temos que esclarecer como vai participar agora que ele ia saber se havia alguma pergunta por parte dos membros do GAC. Comissão Europeia, Argentina.

COMISSÃO EUROPEIA: Brevemente quero expressar o apoio para esse rascunho preparado por esse grupo reduzido dos voluntários do GAC. Acho que o grupo trabalhou de maneira pragmática para elaborar esse texto que, na minha opinião, oferece uma boa base com critérios, princípios, processos que permitem que o GAC participe de maneira efetiva e construtiva nesse novo mecanismo. Portanto, quero expressar o meu apoio a esse texto.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Comissão Europeia pelo seu apoio e passo a palavra para a Argentina.

ARGENTINA: Obrigado, senhor vice-presidente. Quero agradecer à France, especialmente a Ghislain por seu trabalho impressionante. Manejou muito bem a situação, quero parabenizá-lo. Também quero agradecer a todos os colegas pelo trabalho tão construtivo no grupo que formaram, muito obrigada.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Olga. Irã pede a palavra.

IRÃ: Obrigado. Eu quero me solidarizar com as opiniões que deram os que me precederam na palavra. Esse documento de nenhum

jeito faz referência à mudança da posição do GAC. Isso está no estatuto. Se alguém quiser modificar o estatuto fundamental tem que continuar esse procedimento. Essa mudança só pode ser feita pelo board da ICANN e mostra-lo às pessoas e se pode mostrar o acordo e desacordo, como se disse antes, deveremos tocar nesse tema. O que estão apresentando nos leva a pensar como o exercício desse poder, faculdade que tem, a sociedade pode desenvolver. Poderia ser executada essa faculdade como membros do GAC.

Deveríamos ver como fazer, isso não se deu facilmente de fato. Devemos deixar bem claro para muitas outras partes da comunidade não gostavam da ideia de darmos essa faculdade, mas nós temos essa possibilidade como usamos para o qual estamos preparando esse texto. Em que casos seria necessário usar essa faculdade. Por isso, acho que se preparou esse documento, para ver quais são os diferentes passos no procedimento, acho que isso está explicado nos estatutos e está resumido aqui. Algo que eu quero enfatizar mais uma vez algo que já se mencionou, o consenso a respeito de estar de acordo ou não, participar é uma questão interna do GAC. É mencionado no estatuto, é algo interno o nosso estatuto, como participamos. Isso é uma questão que devemos discutir e fazer caso a caso ou de alguma outra maneira. Pelo momento estamos agradecidos. Vamos continuar assim, mas espero que possamos ter alguma

conversa porque mais cedo ou mais tarde vamos nos encontrar com isso.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Irã. Alguém quer pedir a palavra? Reino Unido.

REINO UNIDO: Obrigado, Ghislain pelo trabalho realizado, coordenando esse trabalho tão importante. É preciso pelo menos um dia para rever esse documento linha a linha, mas nesse momento eu queria que prestassem atenção ao ponto e o que se relaciona com a relevância da pertinência das políticas públicas. Eu sou consciente de que ouvi algumas discussões sobre esse ponto, e vocês podem ver que existem algumas modificações na redação que demonstram essa discussão. O que me surpreendeu foi que podemos enxergar uma situação na qual esse processo da comunidade empoderada possa ser habilitado por outros dentro da comunidade.

Sobre questões que não tem nada a ver com política pública que pareça que para nós como governos ou representantes governamentais não é uma coisa que possa ser da nossa competência, mas as consequências dessas ações poderiam ser desestabilizadoras para a organização e ter efeitos cascata maiores ao resto da comunidade. Estou me concentrando nesse

momento nesse aspecto. Era 2.1 e agora é 1.5, onde se faz referência especificamente às questões que tem implicações do ponto de vista de política pública.

Estamos falando aqui daquelas questões que não excluem o caso onde poderia haver um pedido que se origine em outra parte da comunidade onde não tenha um envolvimento imediato em questão de política pública, mas como dizem as consequências desse pedido se deslocar para outro nível poderiam apresentar alguma preocupação do ponto de vista da política pública e precisaria desse envolvimento do GAC, é isso que eu queria apontar aqui.

GHISLAIN DE SALINS:

Muito obrigado, Mark. Isso está na parte dois das condições, alguns queriam ser muito rigorosos restringindo as condições ao passo que outros queriam incluir também aquelas implicações diretas de política pública. Mas depois de algum debate e da discussão no grupo, percebemos que era melhor deixar para um grupo mais aberto e que era melhor que um grupo de líderes fizesse a proposta e que os membros do GAC vissem, porque alguns países que podem ver algumas implicações de política pública em algumas situações onde outros não conseguem ver. Deixá-lo aberto para que a equipe apresente para a sua análise. Acho que Estados Unidos está pedindo a palavra.

ESTADOS UNIDOS: Sim. Não vai ser muito longo, porque espero avançar nesse documento, analisando seção a seção. Temos algo de experiência agora e devemos considera-lo quando avançamos, principalmente nas etapas um a três, porque demonstramos que podemos operar sob esse novo paradigma e quero lembrar isso a todos.

GHISLAIN DE SALINS: Tem a palavra Egito.

EGITO: Obrigado, Ghislain. Obrigado grupo de trabalho. Eu quero fazer referência a versão que deveríamos estar analisando. Temo não ter a versão certa, não estou certa de qual a versão que deveremos estar analisando ou considerando, obrigada.

GHISLAIN DE SALINS: Acho que Tom mandou um e-mail com a informação certa hoje de manhã. Chegou através de um e-mail enviado por Tom separadamente.

EGITO: Hoje? Então desculpe, então deve ter passado.

THOMAS SCHNEIDER: Isso leva a um comentário, por isso digo sempre que coloquem data em cada documento. É uma coisa bem simples. Eu sei que quando diz rascunho, isso passou do tema da data, mas é muito importante ter uma denominação clara para o documento porque nos ajuda a trabalhar melhor.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Thomas. Não vejo mais pedidos. Sim, Irã tem a palavra.

IRÃ: Se alguém pediu a palavra me avisa. Quero fazer referência ao que disse Mark. Embora esteja de acordo com o que ele disse, me pergunto se estaríamos criando algo que em Francês se chama de (inint) [00:19:08]. Ou seja, não visarmos pela definição das questões de política pública. Não há uma definição internacionalmente acordada que nos permita colocar qualquer coisa entre esse marco. Por exemplo, colocamos uma mala aqui e podemos subi-la, não há nada que diga: “isso encaixa aqui” e por isso a incorporamos nessa categoria.

Eu acho que não só devemos ter as letras, mas também o espírito e a intenção. Acho que isso é importante para determinar se existe uma implicação do ponto da política

pública. Isso não deveria obstaculizar a nossa participação e o nosso exercício de direitos. Acho que somos bem capazes de fazê-lo, porque alguém disse que esse tema não tem a ver com política pública, mas o que é a política pública e o que não é somos nós quem decidimos isso. Essa pessoa que fez esse comentário, isso não é política pública, não estou de acordo com isso e nós geramos um problema para nós mesmos. Entendemos a mensagem que transmite Mark, mas acho que devemos ser muito cuidadosos e expor isso em um contexto adequado e não criar algo que nos impeça de exercer os nossos direitos. Obrigado.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado. Tem a palavra a Suíça.

SUÍÇA: Serei muito breve. Queria parabenizar Ghislain e o resto dos membros por esse grupo de trabalho. Eu tive o privilégio de fazer parte desse grupo que chegou a esta solução, essa proposta de compromisso que reflete os diferentes pontos de vista e do que estamos escutando desde Marrakesh. Eu acho que estamos em condições de aprovar durante essa reunião, obrigado.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado. Eu também espero que possa ser aprovado durante essa reunião. Quero também agradecer a todos os países que manifestaram seu apoio a esse documento, a essa solução de compromisso que estamos vendo aqui na tela. Como não estou vendo ninguém pedir a palavra eu posso avançar para o próximo documento. Temos então quatro partes. Em primeiro lugar uma introdução. Tom fez um trabalho excelente explicando o que é a comunidade empoderada e qual o papel do GAC dentro dela.

Primeiro estão os princípios gerais para participação do GAC. Tem a ver com os princípios que nós queremos que se reflitam em outras partes do documento. O que nós valorizamos e consideramos importante para nossos procedimentos dentro da comunidade empoderada, houve bastante debate dentro do grupo sobre este ponto. Alguns países queriam deixar de lado porque achavam que não dava muito valor e a maioria no final decidiu conservar essa parte dos princípios. Há três princípios que para nós são muito importantes, o primeiro é de flexibilidade, porque como vocês sabem a comunidade empoderada é um mecanismo novo que não foi aprovado ainda. Temos que ser flexíveis para adaptá-lo na luz de um novo exercício das suas faculdades.

Os outros dois são previsibilidade e transparência. Sabemos que queremos ter a certeza de que como nós decidimos que queremos participar, dessa forma seja transparente e para

também aplicar essas decisões futuras. Não sei há qualquer comentário a respeito dessa primeira parte. Sim, Irã pede a palavra.

IRÃ:

Obrigado, senhor presidente. Estamos falando do conceito que temos problemas, mas estamos falando da redação, acho que vamos ter que fazer alguma melhora. Eu acho que deveríamos falar de um mecanismo recente que não foi provado. Deveríamos evitar utilizar um texto negativo. Não foi provado nem a comunidade empoderada, então acho que não deveríamos dizer que não está provado ou manejado de forma negativa, não temos problemas em transmitir essa ideia. Vocês dizem que como a comunidade empoderada é um mecanismo recentemente adotado, acordado e colocado à disposição. Acho que não deveríamos dizer que nós vamos adotar, nós não deveríamos fazer essa referência. Na verdade, eu acho que precisamos melhorar as palavras, mas do ponto de vista do conceito, eu não tenho problemas. Acho que devemos transmiti-lo com o sentido positivo e não negativo. Obrigado.

GHISLAIN DE SALINS:

Obrigado, Irã. Não podemos passar as modificações, mas vamos levar em conta os seus comentários. Vamos incorporar o documento e vamos levar em conta essa sugestão de edição que

o senhor mencionou. Obrigado. Visto que mais ninguém pede a palavra então posso passar para a segunda parte do documento. Na parte dois constam as condições nas quais o GAC participaria da comunidade empoderada. Aqui há um texto do comunicador de Marrakesh sobre o papel do GAC nessa comunidade, Mark já mencionou. Falamos da pertinência e da definição de pertinência de política pública. Devemos limitar a participação do GAC ou devemos ampliá-la e deixar que o GAC no seu conjunto e as suas autoridades decidam se há uma consequência do ponto de vista da política pública ou não, sobre esse tema em especial. Agora eu vou ver se algum comentário sobre esses pontos, 2.1 e 2.2 e 3. O 2.2 e 3 estão em amarelo porque foram modificados a partir da última versão do documento com os comentários recebidos por um membro do GAC. Vamos agora para o Canadá e depois Austrália.

CANADÁ:

Muito obrigado. Queremos agradecer à França por ter liderado esse trabalho durante as sessões presidenciais nesse tipo de trabalho que é tão importante. Eu acho que é muito importante depois do trabalho realizado com os grupos, falar de maneira conjunta. Não sei se foi um bom trabalho, chegamos quase a um acordo, mas como já falei nesse grupo executivo, há várias preocupações que tem a ver com o 2.2 em alguns dos procedimentos, como podem ver.

No 2.2 diz que como questão de princípios a intenção do GAC é participar do processo de escalonamento quando o resultado apropriado se fala de uma intenção, que significa que o GAC sempre vai participar do processo de escalonamento enquanto estamos falando desse processo dentro da comunidade empoderada e também é importante, como debatemos já entre as reuniões presenciais e já foi mencionada a palavra “intenção”. Por isso gira em torno do comunicado, mas talvez poderíamos dizer que o GAC tem a vontade de participar no processo de escalonamento, ou seja, não colocar a palavra “intenção” e manifestar a sua vontade, porque acho que isso guardaria mais semelhança com o texto aprovado em Marrakesh.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado Canadá por compartilhar a sua preocupação que teria que ser então com a palavra “intenção” e substituí-la por “vontade”. Quando falamos em participar desse processo, estamos dizendo também participar desse escalonamento, significam as duas coisas. Vamos avançar nesse processo e em outras coisas não vamos tão longe. Tem a palavra Austrália.

AUSTRÁLIA: Obrigado, senhor presidente e também a todos os colegas que participaram da redação desse trabalho. Acho que o Canadá abrangeu todos os pontos que eu queria falar. Tem uma

pergunta sobre a palavra “intenção”. Embora já ficasse solucionada a questão.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Austrália. Alguma posição então a mudar a intenção e que demonstre a sua vontade? Tem a palavra Irã.

IRÃ: Isso vai depender de quanta redação queremos abordar aqui, se é menor não há problema, mas se vamos entrar em cada ponto eu acho que não temos a possibilidade de fazer nessa reunião, não temos tanto tempo. Eu acho que podemos colocar talvez na introdução quanto falamos da questão de ponto por ponto nos primeiros parágrafos e depois no segundo quando diz “seja adequado”, talvez deveríamos ir até o final quando diz respeito ao processo e ao exercício de todas as nove faculdades da comunidade empoderada quando for preciso. Vamos passar para a parte final do parágrafo.

Não sei quanto querem fazer aqui nessa reunião, peço por favor que dê alguma indicação. Infelizmente não consegui participar porque eu estava em outro PDP com questão de jurisdição e não consegui participar aqui, peço desculpas. Mas eu sei que muitos de vocês participaram do trabalho e muito disso surgiu da área de trabalho um. Nosso grupo e a presidência podem definir

quanta mudança de edição querem fazer aqui nessa reunião, ou o que possamos fazer talvez fora da linha, ter algum debate. Nós podemos ver aqui de forma rápida, talvez, escutar os comentários e ver como trabalhar, porque acho difícil fazer tudo aqui nessa reunião ou nessa seção.

GHISLAIN DE SALINS: Sim, realmente o senhor tem razão. Se são apenas algumas correções são mudanças melhores, podemos mudar. Mas se queremos adicionar mais texto então seria trabalhado em outro momento. A ideia não é fazer uma grande redação nessa seção, mas receber os comentários gerais, ideias gerais do que precisa o documento. Fala, Nigéria.

NIGÉRIA: Muito obrigado. Espero não voltar para trás, mas no 2.1 diz que o GAC participará na comunidade empoderada quando há a questão debatida, e há consequência na política pública. Pela forma que está redigido, significa que quando não existem consequências na política pública o GAC não vai participar. 2.1, no segundo diz que coisas podem ter consequência na política pública? Eu sugiro o que talvez tentaram captar aqui foi que a decisão que tome o GAC quando soluciona esses temas de política pública vai ter a ver com a gravidade e com a

consequência para a política pública, mas não apenas quando existam consequências para a política pública. Obrigado.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Nigéria. Sim, eu acho que a pergunta que apresentou Mark, existem alguns países que querem restringir a possibilidade de participar em uma definição estreita de política pública e tem os países que querem ser mais abertos. O GAC poderia participar quando existe alguma consequência direta ou indireta sobre a política pública. Digamos que essa é uma solução intermédia entre esses dois pontos de vista. O que eu diria é que não abramos novamente essa porta porque assim voltamos um passo atrás. O que estamos tentando fazer aqui, inclusive com a parte 2.3 é ter como base essa experiência que tem as autoridades porque cada uma das petições apresentadas na comunidade empoderada pode ser explicado porque o tema tem importância na política pública e porque não tem. Obviamente o GAC vai debater, mas isso tem a ver com a parte três, então quando falarmos dessa parte vamos falar também desse assunto.

THOMAS SCHNEIDER: Muito obrigado. Você tem que parar quando eu levanto a mão porque eu posso ser parte da lista de oradores, isso tem que ficar bem claro. Obrigado Ghislain por tornar isso bem simples,

porque a ideia seria quais são os problemas graves que existem. Essa seria uma solução talvez intermédia. São mudanças menores as que escutei até agora, então eu peço que se tem a ver com isso, trabalhem talvez fora da linha como se mencionou antes. Estamos debatendo a partir de Dublin. Em termos de chegar a um acordo e quando temos essas divisões diferentes, tentamos chegar a um ponto intermédio que ofereça um espaço para todos, especialmente no que tem a ver com os temas que são de política pública. Acho que todos chegamos a um acordo de que vamos ver cada uma das hipóteses, e acho que isso tem sentido, porque as coisas podem mudar.

Uma coisa que a gente considera especificamente técnica, depois passa a ser um tema de política pública no futuro, porque a consequência das técnicas pode mudar, podem aparecer outras consequências e outras coisas consideradas muito políticas hoje em dia e que no futuro sejam temas muito técnicos. Acho que isso é uma coisa que muda e tem sentido em dizer, principalmente em nos concentrar sobre a flexibilidade porque não sabemos como pode ser no futuro. Damos um pouco de flexibilidade e isso tem sentido. Eu sugiro continuar anotando os comentários e modificações enquanto sejam modificações para ter uma melhor sintonia e um melhor documento, mas não coisas que sejam a mudança principal. Obrigado pelo documento.

GHISLAIN DE SALINS: Sim. Obrigado, Thomas. Eu estou anotando aqui todos os comentários e a ideia seria não mudar a parte principal, somente pequenas coisas que tenham a ver com edições menores. A ideia é apresentar o documento antes de terminar essa reunião.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado, acaba de responder a minha pergunta.

IRÃ: Estou de acordo 99.9% com Thomas. Esse 0.01% às vezes são coisas técnicas e às vezes legais. Essa diferença nesse momento é uma questão técnica, porque existe a diferença entre ter a intenção e a vontade. Entender é ter em mente uma coisa que deve ser feita. A vontade, creio que é a mesma coisa. Não sei se há diferença, acho que são a mesma coisa. Não podemos entrar em um nível tão sutil, porque não temos que analisar cada um dos capítulos, passamos ao capítulo sete, onde falamos de sanções. Não passemos a tantos detalhes. Acho que devemos utilizar as palavras que se utilizaram há algum tempo. Poderíamos trabalhar assim, talvez. Acho que é correto o que está escrito aí, porque diz principalmente ou em particular sobre as nove faculdades, política pública, mas também não se fala de

uma definição de política pública, porque se colocar uma coisa específica a diferença é maior.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Irã. A ideia era chegar a um consenso nas ideias e nem tanto com a redação de cada palavra. Peço por favor que o senhor assuma a palavra e se identifique.

SUAZILÂNDIA: Obrigado. Eu sou Andreas da Suazilândia. Quero fazer uma pergunta sobre o 2.1. Porque diz principalmente que não podemos colocar outra pessoa talvez em outra unidade constitutiva para dizer que o GAC apenas pode agir nesses temas e em outras que não sejam as principais da política pública?

GHISLAIN DE SALINS: Colocamos aqui a palavra com a possibilidade de o GAC e suas autoridades decidam se vão participar do processo EC. Mas nesses procedimentos não há qualquer forma de que a SO/AC diga ao GAC o que tem que fazer, a decisão principal é do GAC. Na minha opinião não existe o risco de que outra SO/AC restrinja o GAC a sua possibilidade de participar. Thomas e depois Estados Unidos.

THOMAS SCHNEIDER: Além do dito pela França que tem razão, o GAC define e cada SO/AC define suas próprias regras de participação. Uma coisa que devemos levar em conta e isso talvez é bom para aqueles que chegam hoje, porque não mencionamos. Temos essa cisão do GAC. Há muito tempo que não utilizamos essa palavra, mas se os mecanismos da comunidade empoderada se disparam sobre a base de uma decisão do board, que foi tomada pela assessoria do GAC, significa que nós não podemos participar pelo menos em uma tomada de decisões.

Dentro do modelo de comunidade empoderada então tem a ver quem decide, se a decisão foi tomada na base ou na assessoria do GAC, talvez o board. Isso não vai ser aplicado, porque nós não vamos fazer parte, pelo menos nas últimas etapas. Isso eu explico para aqueles que são novos, é muito importante esse ponto porque é um grande risco de prestar uma assessoria sobre temas que tenham a ver com política pública e temos que levar isso em conta. Esta cisão é que pode ser aplicada a esses pontos.

GHISLAIN DE SALINS: Estados Unidos e depois Irã.

ESTADOS UNIDOS: Eu gostaria de falar sobre a pergunta da Suazilândia. A nossa experiência quando se gerou um comitê novo do board, disse o

membro do board que não existiam problemas sobre as políticas públicas e nós percebemos que sim, poderiam haver problemas. Isso é importante mencionar para os membros novos. Quando falamos da vontade do ponto de vista dos Estados Unidos, existe uma diferença entre estar de acordo com o que aparece aqui se o que se adota é vontade e não intenção. A vontade é vontade e intenção é “vamos fazer alguma coisa”.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Estados Unidos. Acho que há uma diferença no nível da palavra. Fala, Irã.

IRÃ: Obrigado. Senhor presidente, nós não temos como língua materna o Inglês, mas temos uma capacidade suficiente depois de trabalhar durante muitos anos nas Nações Unidas e em outros lugares como para entender o que significam essas palavras. Então obrigado pelo comentário, mas eu vou dar um exemplo. Se modificarmos o estatuto fundamental, isso é política pública ou não? As pessoas vão dizer que não, mas esse estatuto fundamental tem algum impacto nas estruturas do GAC? Podemos dizer que isso não é política pública. Dizem que vão tirar completamente o tema das bolsas e o financiamento das viagens do GAC. Isso é política pública? É por isso que não temos que colocar muitos detalhes, porque nesse caso talvez

possamos mudar, principalmente se essa questão é só uma modificação na palavra. Sobre intenção e vontade podemos discutir mais um pouco. Não podemos dar agora grandes documentos e nem fazer tanta modificação, nem ver quem tem razão e quem não tem, mas se está de acordo em alguma coisa.

GHISLAIN DE SALINS: Muito obrigado, Irã e se a seção não tem a ver com a definição dos diferentes verbos em Inglês, mas chegará ao núcleo de quais as ideias principais em cada um dos pontos. Acho que aqui houve uma ideia no conceito geral do parágrafo.

PAÍSES BAIXOS: Uma das coisas que me surpreende é que estamos falando em intenção e vontade, quando na verdade estamos redigindo as condições da nossa participação. Parece então que estamos apresentando algo com a vontade ou com a intenção que a realidade não faz mais do que só cavar o consenso, as condições que estamos tentando eliminar, para dizer que essas são as condições em que vai participar o GAC em um processo de escalonamento.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Países Baixos. A ideia era que o GAC não ia restringir a si próprio quanto à participação. É uma maneira de garantir que

a nossa participação fosse aberta e não que rejeitássemos uma faculdade por sobre a outra. Quando começamos a discutir há dez anos alguns diziam que eram algumas das faculdades que tinham implicação no GAC. Isso para que fique aberto em qualquer uma dessas faculdades ou das decisões que tenha que tomar o GAC. Se não houver mais comentários a esse respeito passamos para a parte três.

Essa parte está dividida em três subpartes, a primeira tem a ver com as etapas um, dois e três do processo de escalonamento. A segunda tem a ver com o exercício das faculdades que é a etapa quatro e a terceira parte faz referência ao início por parte do GAC de um pedido. Isso tem a ver com outras questões, então aqui tínhamos um problema para estabelecer um linear para que o GAC pudesse tomar a decisão em alguns países queria manter a regra do consenso pleno total para como se faz quando se fornece assessoramento ao board.

Outros queriam aplicar o princípio utilizado para a modificação dos princípios operacionais do GAC, que é a votação por maioria. Tentou se estabelecer o equilíbrio das duas opiniões e para as etapas um, dois e três do processo de escalonamento é que se recebemos algum pedido de alguma outra SO/AC os membros do GAC vão examinar o tema e propor como avançar. Vão apoiar, rejeitar ou se abster da opção. Essas são as opções colocadas ao GAC. Se não houver mais de três objeções por parte dos

membros do GAC essa abordagem pelas autoridades do GAC será aplicada. Se houver mais de três solicitando discutir isso, será organizada uma teleconferência para discutir a abordagem proposta pelas autoridades do GAC.

Como vocês sabem existem grandes restrições de tempo quando uma dessas partes está envolvida. O ponto tem a ver com as limitações de tempo que se dão para que se apresente algum questionamento a essa abordagem proposta pelas autoridades do GAC ao GAC em seu conjunto. Se avançarmos no texto veremos que podemos ver as outras seções. Vamos nos deslocar para baixo no documento. Obrigado. Mais um pouco. Obrigado. Vejo que Irã está pedindo a palavra.

IRÃ: Poderíamos voltar nesse tema dos sete dias?

GHISLAIN DE SALINS: É claro, sim.

IRÃ: Eu entendo que esse prazo dos sete dias está nos estatutos, mas acho que seria difícil esse tema do e-mail. Às vezes temos que fazer referência a uma reunião virtual e não do e-mail, porque alguns países talvez tenham sobreposição de eventos e não

estejam disponíveis para que se transmita isso. Talvez possamos colocar essas duas opções, teleconferência ou reunião virtual, como vocês quiserem dizer, e adicionar a possibilidade de correio eletrônico para poder ter acesso e pular esse obstáculo.

GHISLAIN DE SALINS: Na realidade essa opção está no documento, se mais de três membros do GAC solicitarem discutir, a reunião ou teleconferência vai se desenvolver.

IRÃ: Vocês também falaram no parágrafo anterior da teleconferência. Vamos imaginar que isso coincide com ano novo ou um feriado religioso, acho que nesse outro ponto deveriam incluir ambas as possibilidades e com a possibilidade de e-mail.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigada, Irã. Vejo que o presidente do GAC solicita a palavra.

THOMAS SCHNEIDER: Em resposta ao Irã vejo que se não lerem os e-mails não vão saber que tem uma teleconferência, então não vai ajudar. A questão é que se alguma coisa impede que se sigam os e-mails durante os sete dias, não vai ajudar. Podemos notificar os colegas para que façam uma ligação, mas não temos uma lista

dos telefones celulares dos membros do GAC a qual possamos recorrer. Alguém que não esteja certo pode dizer que está em desacordo, quero que se discuta em uma teleconferência e vai se organizar uma teleconferência, mas a primeira possibilidade é de fazer através de um e-mail, senão não há outra opção para estabelecer um alerta. Temos o e-mail para enviar alguma notificação, e se houver questionamentos, dúvidas ou oposição passaríamos a uma teleconferência.

IRÃ:

Há três anos eu estou assistindo a todas as reuniões virtuais através do meu celular. Não quero discutir com o senhor sobre isso. Eu acho que muitos podem dizer que preferem ter uma teleconferência para ouvir os outros, porque elas são para escutar as pessoas ao vivo, para estar convicto da objeção que alguém apresenta também. Por e-mail precisamos de um intercâmbio interminável de e-mails sem chegar a nenhuma conclusão para ter a posição do outro. Veja a dificuldade.

THOMAS SCHNEIDER:

Claro que você pode participar da teleconferência com o seu celular, mas a não ser que leia o e-mail não vai saber que existe a teleconferência.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado. Entendo que o procedimento do e-mail começaria com uma proposta das autoridades do GAC onde se emite uma proposta a respeito do caminho a seguir e acho que ficaria muito claro. Outro tema é que não queríamos fazer uma engenharia do processo se falarmos de uma teleconferência estamos certos de que a maior parte das pessoas esteja disponível. Isso levaria a um processo muito extenso e não será necessariamente requerido em todos os casos. A condição prévia é que pelo menos seis membros do GAC solicitem esse esclarecimento ou discussão para que seja organizada a teleconferência. Pede a palavra Canadá.

CANADÁ: Obrigado, senhor presidente. Quero saber com relação aos 3.6 e 3.7, porque acho preocupante tentar criar um novo processo para a participação do GAC na comunidade empoderada para que se una a carga que temos e não seja consultivo para que os membros do GAC apresentem uma objeção para engatilhar a necessidade de manter a conferência. Acho que deveria ficar mais claro que a proposta formulada pelas autoridades do GAC vai ser aprovada a não ser que três membros solicitem discutir. Então será organizada uma teleconferência, acho que pode ser expresso desse jeito para que fique mais claro.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado Canadá pela sua contribuição de tanto valor. Segundo o que expressou poderíamos modificar esse 3.6 para falar em objeções e no 3.7, se mais de três membros precisarem da teleconferência não se deve objetar essa versão e dizer simplesmente que quem discutir em uma teleconferência pois se organizará essa teleconferência. Se houver objeção não vai haver aprovação dessa proposta, e então tentaremos separá-lo para que fique mais claro.

CANADÁ: Obrigado por esse esclarecimento. Agora sim entendo o que está dizendo.

GHISLAIN DE SALINS: Vejo que Estados Unidos pede a palavra.

ESTADOS UNIDOS: Obrigado. No 3.7, eu já coloquei isso antes. Acho que antes falamos em três e agora falamos em quatro objeções requeridas para iniciar uma discussão. Me pergunto se nessa etapa precoce por que é necessária uma barra tão alta para discutir um tema com base nas experiências mais recentes e primeiras participações. Na comunidade empoderada vimos que podemos trabalhar com esses prazos e lembro que acho que foram dois membros do GAC que tinham objeções e não apresentaram

objeção. Quatro é uma medida muito arbitrária e estabelece um nível alto demais. Nesse documento dizemos que o GAC tem a liberdade de modificar esses procedimentos conforme for necessário e penso que talvez possamos começar com linear, mas acho que para ver as funções na comunidade empoderada para ver se há quatro membros ou mais do GAC para começar uma discussão.

GHISLAIN DE SALINS:

Obrigado, Estados Unidos. Como já estivemos discutindo isso já faz dois e alguns países preferem utilizar a votação por maioria. 80% do GAC está de acordo para discutir alguma medida desse tipo. Claro que podíamos colocar uma barra mais alta ou baixa, mas esse foi o consenso que surgiu a partir da discussão do grupo. Se sua proposta é apenas modificar o ponto 3.7 que a teleconferência se organizasse a partir de um membro é uma possibilidade que podemos analisar, mas deve entender que o que os outros membros do GAC dentro do grupo de redação opinem. Vejo que pede a palavra novamente o senhor, Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS:

Sim. Sou muito consciente de que houve conversas extensas, houve a participação do GAC nessas primeiras etapas. Estou totalmente de acordo de que precisamos de mais flexibilidade

nessas primeiras instâncias porque o objetivo é conseguir avançar com uma solução em lugar de passar um processo de escalonamento. Mas o número quatro que eu acho que é demais. Já demonstramos que podemos operar nesse contexto sem ter nenhuma polêmica com as objeções. E aqui eu não estou falando no consenso, um ou até dois estaria bem, mas quatro para mim é excessivo.

GHISLAIN DE SALINS: Devem lembrar que para a etapa quatro falamos de um consenso (inint) [00:58:21]. Isso foi o que ficou para a tomada de decisões. Queríamos chegar a um equilíbrio e chegaram o limiar a um mais baixo para o número quatro e outro menor para um, dois e três. Pede a palavra o presidente do GAC.

THOMAS SCHNEIDER: Obrigado. Acho que deveríamos levar em conta em que etapa estamos e pensar no exemplo concreto que talvez ajudaria a tornar tudo mais compreensível. Levando em conta que alguém poderia apresentar uma questão e dizer: “quero discutir este tema”. Nessas primeiras etapas há um problema que eu quero discutir. Talvez surja a petição, alguém convida o GAC e diz que está de acordo que devemos passar para o seguinte nível. Talvez deveríamos ter um fórum na comunidade para discutir esse tema. Se eu entendo de forma correta este ponto, se as

autoridades do GAC tenham que fazer uma proposta pelo sim ou não propõe que esse tema seja discutido, então estamos na etapa na qual devemos discutir alguma coisa, isto não acontece depois, por exemplo, os dirigentes do GAC podem dizer.

Recebemos essa petição e estamos convidados a acordar, a discutir isso em um fórum da comunidade e as autoridades do GAC podem dizer. Nós achamos que isso tem que ser discutido de forma comunitária, isso significa que para poder se opor a proposta das autoridades do GAC e discutir algum tema seria o limiar. Se um membro do GAC dissesse que eles não estão de acordo ou que precisam discutir em uma teleconferência, estamos nessa instância. Quantas objeções estão propostas dentro do que a autoridade do GAC diz, é necessário para discutir as decisões que estamos propostos a discutir. Estamos em uma etapa muito preliminar, muito precoce dentro processo.

Poderia haver outra forma também se as autoridades do GAC chegassem a conclusão de que vão propor ao GAC e que não estão de acordo em discutir um determinado tema no fórum da comunidade apenas três ou quatro membros estão em desacordo com as propostas das autoridades do GAC de não discutir alguma coisa. Entendem o que eu quero dizer? São três ou quatro, isso não é o que importa, o que importa é tratar e tentarmos ser eficientes nessas etapas tão precoces para que fique claro que a grande maioria sejam todos menos dois, menos

três, menos quatro. Estão de acordo que devemos participar de uma discussão ou debate. Mas não teríamos que discutir se devemos participar ou não de uma discussão, eu espero estar sendo claro. Esta é a etapa na qual estamos agora, então nessa instância estamos discutindo o procedimento para que o GAC aceite discutir um tema, e depois se são três ou quatro, acho que isso não vai mudar muito.

GHISLAIN DE SALINS:

Obrigado, senhor presidente. Entendemos que a proposta pode ser discutida pelas autoridades do GAC, em que constam seis pessoas. Eles podem fazer a proposta e vão finalizar a flexibilidade eficiente se participarem do escalonamento do processo. Passo a palavra para o Canadá e depois Irã.

CANADÁ:

Obrigado, senhor presidente. Eu peço desculpas por assumir novamente a palavra. Na minha intervenção anterior não tinha percebido que a palavra objeção estava no 3.7, e não no 3.6. Parece que estamos estabelecendo um processo muito formal para avançar em uma discussão. Ao invés de emitir objeções formais não podemos dizer que se dois ou três membros querem solicitar a discussão de alguma coisa talvez podemos discuti-la.

GHISLAIN DE SALINS: Tiremos a palavra “formal” para que fique menos formal. Mas em algum ponto, se alguém se opõe, a proposta das autoridades do GAC deve ser objetada. Se querem discutir é diferente, mas se em algum ponto devem dizer se estão contra a proposta, acho que devemos dessincronizar esses dois pontos e podemos discutir no final da teleconferência e podemos objetá-lo. São duas coisas diferentes. Irã.

IRÃ: Obrigado, senhor presidente. A participação na teleconferência e no fórum além da participação na tomada de decisões é algo que todos podem participar. Mas isso é para a tomada de decisões se disser sim ou não. Mas isso não significa que exista uma proibição ou impedimento para que alguém participe e escute a discussão. Quando se trata de tomar uma decisão seria diferente. Esse procedimento do qual estamos falando, queria fazer esse esclarecimento.

GHISLAIN DE SALINS: Sim, tem razão, Irã. Podemos igualmente participar da teleconferência. A ideia seria discuti-la e explicar caso existam países com alguma preocupação. Mas essas preocupações devem ser grandes para contestar essa proposta.

THOMAS SCHNEIDER: Às vezes o mundo se complica muito. Nesta altura, para que um assunto seja com o mesmo número de discussão no fórum comunitário tem que ter passado o limiar das SOs e as ACs para dizer sim ou não. Se o GAC diz sim ou não, abre um ponto para discutir alguma coisa em um fórum comunitário se nós dissermos alguma coisa que não será discutido, agora, o que estamos falando aqui tem a ver com se estamos de acordoem que alguma coisa deve ser discutida no fórum da comunidade.

Se dissermos que não e outros também disserem que não, não teria qualquer discussão, mas se apenas nós dissermos não e todos os outros disserem sim, vai existir uma discussão no tema. Não é que todos podem falar que não a essa questão. Isso tem a ver com aceitar e discutir um tema dentro do fórum da comunidade. Aceitar a petição em um nível mais baixo. Estamos de acordo com o GAC de que temos que discutir esse tema? Para apresentar a contestação ou para que o GAC tome uma decisão com o limiar e pode ser diferente, uma coisa menor. Estamos falando aqui da etapa quatro e posteriores, que o GAC diga que sim ou que não. Segundo a proposta das autoridades do GAC em que se discute um tema no fórum da comunidade. Obrigado.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, senhor presidente. Foi uma boa transição para a parte B desse documento. Se podemos baixar aquela imagem, porque

eu sei que parte dessa solução intermédia a que conseguimos chegar no grupo de redação pode chegar até em outros países porque há limitações muito altas em outros países, estamos tentando mudar os números na parte A. Outros países dizem que como é o suficiente para eles vão precisar de um consenso pleno e podemos questionar esse consenso pleno. Podemos avançar? Como falaram vários membros, a situação não tem a ver com debater um tema dentro da comunidade para ver se podemos desescalonar.

Caso isso não funcione segue a etapa quatro, que é o exercício da faculdade em si, é por isso que a equipe de redação decidiu que para essa etapa necessitaríamos do consenso pleno do GAC para poder exercer as faculdades. Podemos ver aqui no 3.13 para existir um debate através da lista de correios eletrônicos que vai dizer para alguma objeção de um membro do GAC se vai haver teleconferência. Se não se chega a uma coincidência dentro do GAC então vamos utilizar o processo de tomada de decisões ou faculdade da comunidade. Algum comentário?

IRÃ:

Aqui colocam adjetivos qualificativos, porque um é que seja factível e outro para que seja apropriado dentro do prazo que menciona o estatuto. Estou de acordo, mas é preciso verificar os adjetivos que qualificam. Acho que os membros do GAC vão ter

que saber a respeito disso na comunicação em linha e na comunicação presencial. Depois colocar tudo isso com esses adjetivos se isso não é possível então não queremos perder nada. Obrigado.

GHISLAIN DE SALINS: Obrigado, Irã. A ideia é que se há tão pouco tempo que não podemos ter uma reunião presencial do GAC, podemos utilizar então a comunicação em linha e entre as sessões para que as autoridades do GAC tenham maior flexibilidade. Por esse motivo que colocamos essa parte aqui do parágrafo no final da frase.

IRÃ: Não é a liderança, mas o presidente e isso é um perigo.

GHISLAIN DE SALINS: Algum outro comentário? Egito, por favor.

EGITO: Eu queria fazer uma pergunta básica, me desculpe a ignorância. Eu estava preparando algumas imagens referidas à criação da capacidade e de etapas um pouco diferentes do que disse o website. Para a comunidade empoderada eu não sei se essas são etapas que estão definindo para nós ou se de alguma forma coincidem com as outras etapas.

GHISLAIN DE SALINS: Sim. Na verdade, as etapas um, dois, três e quatro foram redigidas antes do que foi a transição da IANA. Desde então trabalhamos um pouco mais. O ICANN trabalhou sobre as diferentes etapas. A primeira tem a ver com debater nos fóruns da comunidade e na conferência e a última das etapas tem a ver com exercícios de faculdade. Então podemos dizer que se trabalhou com diferentes etapas e continua sendo a mesma coisa.

EGITO: Acho que para as vezes futuras deveríamos manter os mesmos números para diferentes etapas.

GHISLAIN DE SALINS: Mais alguém quer assumir a palavra? Não vejo mãos no alto. Vou propor então passar para a parte C do documento. Esse outro tema se é uma CO ou uma AC que faz uma petição com a comunidade empoderada como tem que reagir o GAC então? Além de receber essas petições o GAC pode apresentar as suas próprias petições e isso tem a ver com a tomada da decisão dentro do GAC. Se nós vamos realizar uma petição à comunidade empoderada. Só os membros observadores podem fazer uma proposta ao GAC de fazer uma petição e depois vamos cumprir o

mesmo procedimento para as outras partes. As autoridades do GAC vão ter que analisar a proposta, são elas quem vão apresentar a proposta ao GAC dizendo que acham que devem apresentar ou não a petição. Peço por favor que baixem um pouco aqui na tela. Por favor, aqui temos um assunto.

Alguns países queriam ter o mesmo limiar que temos aqui no GAC para as petições de outras SOs e ACs, que as autoridades do GAC então continuariam avançando se há mais de três objeções e outros países que gostariam de ter um limite mais alto. Porque como é o GAC que inicia a petição nós seguiríamos a forma normal de um consenso pleno. Esse último ponto eu vi que houve bastante desacordo na equipe de redação. Finalmente chegamos a uma solução intermédia que fala de objeções. Se apresentam contestações por parte dos membros do GAC e se realiza uma teleconferência que será debatida na próxima reunião. Se há menos de duas objeções vai ser considerado adotado. Vamos ouvir os comentários de quem tiver para fazer. Há um comentário da nossa colega dos Estados Unidos.

ESTADOS UNIDOS:

Então, vendo o 3.19 e 3.20, se nas primeiras etapas do processo de escalonamento se disse que era necessário limiar o limite que havia um prazo. E se não tem a ver com o debate, tentar chegar a uma resolução de um tema. Tem uma preocupação mais

importante sobre esse limiar que tem a ver com o pedido do GAC. Estamos falando do tema de fundo. Se vemos quais os fundamentos desse pedido do GAC têm que ser uma questão de tanta importância que nós então queremos invocar a comunidade empoderada, a faculdade da comunidade. Isso tem a ver com a assessoria do GAC. Precisamos de um consenso pleno para que possa avançar o pedido do GAC. Podemos prever algum cenário como para entender melhor qual a questão e a importância do pedido, tipo de assunto que vai ser tratado nessas questões. Por que precisamos então desse conceito para levar isso tanto para o board quanto para a comunidade?

GHISLAIN DE SALINS:

Isso vai ser antes da etapa um, porque tem a ver com o início de um pedido. Embora o GAC possa organizar um pedido quando falamos de organizá-lo, falamos de um consenso pleno, mas não estamos pensando na parte B, estamos pensando em iniciar um debate. Para engatilhar um debate antes das primeiras etapas do processo. Se vamos estar na etapa quatro obviamente vai se aplicar à norma do consenso pleno. Espero que com isso tenha respondido às suas preocupações. No que diz respeito à duração de três semanas, é claro que menos pressão do tempo aqui porque não é um pedido que vem de outra SO ou AC. Pensamos que tem que haver um limite no pedido porque obviamente isso talvez tenha a ver com a decisão do board ou com o orçamento.

Estamos tentando abreviar as coisas e não demorar meses e meses. É por isso que falamos em um período de três semanas e o grupo esteve de acordo. Irã tem a palavra.

IRÃ: Qual é a relação entre 3.19 e 3.20? Qual a sequência de ações entre ambos?

GHISLAIN DE SALINS: É a mesma estrutura que utilizamos antes. Nós antecipamos que pode haver uma instância de um país que tem uma preocupação sobre como continuar, mas não quer apresentar uma objeção. Se são dois se faz uma teleconferência. Se esses dois países não estiverem de acordo com a proposta, podem realizar a objeção. A ideia é tentar separar esses dois pontos para que seja mais fácil a organização de uma teleconferência. Reino Unido, Nigéria e depois Estados Unidos.

REINO UNIDO: Sim, obrigado, Ghislain. Estou tentando prever como poderia se dar essa situação para que o GAC possa apresentar um pedido para que se considere e se pode apresentar um pedido. Eu me questiono se teríamos que ter algum tipo de condição prévia ou condições prévias para que a autoridade analise o pedido de um observador ou membro do GAC e considere se essa questão foi

colocada com o board. Estou pensando na nossa função de assessoramento para abordar temas que sejam de interesse público. Isso guarda a coerência com o nosso mandato.

Nesse curso de ação vamos diretamente para a comunidade? Se é que eu entendi corretamente a situação. E me pergunto o seguinte, se isso pode ser visto como um mecanismo alternativo, o assessoramento, o board e uma interação com outras partes da comunidade e são temas de interesse público, ou se teríamos que dizer aqui, adicionar alguma coisa dizendo que não vai ser o que acontece habitualmente, mas que vamos colocar o tema do board. Quero fazer um comentário sobre o ponto 3.19, porque fala de uma objeção, e em inglês deve ser a menor de duas objeções, o que seria uma objeção, ou me enganei e entendi mal? Podem explicar por favor?

THOMAS SCHNEIDER:

Temos que finalizar a sessão, porque já superamos quinze minutos do que foi determinado, mas por favor, não perder de vista o panorama geral, para que o GAC tenha a possibilidade de realizar um pedido que as outras partes da comunidade vejam se existe lugar para discutir ou não. Uma coisa boba, no plano financeiro diz que nós não podemos ter aquecimento nas salas do GAC. Vamos colocá-los em uma barraca fora das salas, o que for. Vamos dar apenas 5 mil dólares por ano. O GAC pode pensar

se isso vai ser uma questão para que a comunidade discuta ou não. Realmente, como não temos muitos recursos, vamos utilizar outros antes de chegar a esse para solucionar o problema. Não temos que estar muito ansiosos e usar em demasia esse procedimento. Se pensamos que uma coisa que o board ignorou e que são as nossas necessidades de aquecimento, qual o procedimento para que o GAC diga que quer fazer um pedido para que as outras partes da comunidade analisem e vejam se é possível discutir em conjunto. Seja como for, se ninguém ou um objetar a presidência ou autoridades do GAC podem considerá-lo aceito dessa forma. Vai se abordar como um pedido para as outras SOs e ACs. Se existirem dois que tenham problema com isso vai existir um debate, os físicos e depois virtuais.

Deve-se colocar as outras SOs e ACs e falar sobre a discussão. Essa seção do documento, o nosso procedimento para colocar uma questão ao resto da comunidade para ver se eles querem discutir, porque se dois disserem que querem discutir o tema do aquecimento e outros dizem que não pensam que isso é um problema, isso acaba. Para que entendam onde estamos colocados, infelizmente não podemos continuar. Espero encontrar outro lugar na agenda, porque rapidamente devemos passar ao ponto seis. Estamos quinze minutos atrasados. Espero encontrar algum outro momento para discutir isso. Se estiverem

todos de acordo vamos finalizar aqui e acho que há muitas coisas para continuar falando informalmente. A vida às vezes é complexa, em particular, embora não só na ICANN porque em essência não é tão complexo, mas precisamos estabelecer passos claramente.